

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE DO GRUPO QUILOMBOLA CANDENDÊS ATUALMENTE NOMEADO DE PONTO CHIQUE DO MARTELO, EM BARBACENA - MINAS GERAIS**RESISTANCE AND IDENTITY OF THE QUILOMBOLA GROUP OF CANDENDÊS, CURRENTLY NAMED PONTO CHIQUE DO MARTELO, IN BARBACENA - MINAS GERAIS** <https://doi.org/10.63330/armv2n2-001>

Submetido em: 18/02/2026 e Publicado em: 23/02/2026

Leandro Gilson de Oliveira
Mestrando em Ciências Sociais
PUC MINAS**RESUMO**

A História, Cultura e Desafios Contemporâneos do Grupo Quilombola Candendês em Barbacena, Minas Gerais" explora a formação, organização e desafios do quilombo Candendê, atualmente conhecido como Ponto Chique do Martelo. Localizado entre Barbacena e Padre Brito, Minas Gerais, o quilombo tem suas origens no século XIX com a chegada de escravos fugitivos que estabeleceram uma comunidade autossustentável em uma região de difícil acesso. O estudo aborda a resistência e resiliência dessas comunidades, que desenvolveram sistemas sociais, culturais e econômicos próprios, baseados na solidariedade e preservação das tradições africanas. A história do Grupo Quilombola Candendês remonta ao período colonial, quando escravos fugiam das fazendas e minas para formar comunidades livres. A comunidade mantém práticas culturais tradicionais, incluindo música, dança, festividades religiosas e culinária típica, que refletem uma fusão de tradições africanas e influências locais. A economia local é sustentada pela agricultura de subsistência, artesanato e atividades comunitárias. O reconhecimento oficial das terras quilombolas e a garantia de seus direitos têm sido processos desafiantes, envolvendo mobilização comunitária e ações judiciais. O documento também destaca a importância da preservação da cultura quilombola e a necessidade de políticas públicas inclusivas para garantir os direitos dessas populações historicamente marginalizadas. A luta pelo reconhecimento territorial, acesso a serviços básicos e preservação da cultura são temas centrais, assim como a mobilização política e articulação com outras comunidades e organizações para fortalecer a luta por direitos.

Palavras-chave: Quilombolas; Resistência cultural; Identidade quilombola; Reconhecimento territorial; Políticas públicas; Comunidades tradicionais.



ABSTRACT

The History, Culture, and Contemporary Challenges of the Candendê Quilombola Group in Barbacena, Minas Gerais' ' explores the formation, organization, and challenges of the Candendê quilombo, currently known as Ponto Chique do Martelo. Located between Barbacena and Padre Brito, Minas Gerais, the quilombo originated in the 19th century with the arrival of fugitive slaves who established a self-sustaining community in a remote area. The study addresses the resistance and resilience of these communities, which developed their own social, cultural, and economic systems based on solidarity and the preservation of African traditions. The history of the Quilombola Group dates back to the colonial period when slaves fled plantations and mines to form free communities. The community maintains traditional cultural practices, including music, dance, religious festivals, and typical cuisine, reflecting a blend of African traditions and local influences. The local economy is sustained by subsistence farming, crafts, and community activities. The official recognition of quilombola lands and the guarantee of their rights have been challenging processes, involving community mobilization and legal actions. The document also highlights the importance of preserving quilombola culture and the need for inclusive public policies to ensure the rights of these historically marginalized populations. Key themes include the struggle for territorial recognition, access to basic services, and cultural preservation, as well as political mobilization and articulation with other communities and organizations to strengthen the fight for rights.

Keywords: Quilombola communities; Cultural resistance; Quilombola identity; Territorial recognition; Public policies; Traditional communities.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisamos a formação e organização do quilombo Candendê, este nomeado atualmente de Ponto Chique do Martelo, teve a origem no século XIX com a chegada de um grupo que se estabeleceu na “grotá” que fica entre os municípios de Barbacena e Padre Brito. Os quilombos são comunidades formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram ao sistema escravagista fugindo e criando novos núcleos de vivência autônoma. Esses espaços representam um símbolo de resistência e resiliência contra a opressão colonial no Brasil. O Grupo Quilombola Candendês, localizado em Barbacena, Minas Gerais, é um exemplo contemporâneo desta rica herança cultural e histórica.

A história dos quilombos no Brasil remonta ao período colonial, quando escravos fugitivos se uniram para formar comunidades livres, conhecidas como quilombos. Esses grupos não apenas representaram uma forma de resistência ao regime escravista, mas também desenvolveram sistemas sociais, culturais e econômicos próprios, baseados na solidariedade e na preservação de suas tradições africanas.



No contexto contemporâneo, as comunidades quilombolas continuam a enfrentar desafios significativos, incluindo questões de reconhecimento territorial, acesso a direitos básicos e políticas públicas inclusivas.

Situado em Barbacena, na região Campos das Vertentes de Minas Gerais, este grupo representa a resistência e a persistência da identidade quilombola. A comunidade preserva práticas culturais tradicionais e se organiza em torno de laços comunitários fortes, que são fundamentais para a sua sobrevivência e bem-estar.

Este trabalho visa explorar a formação e a história do Grupo, destacar seus aspectos culturais e tradições, e discutir os desafios contemporâneos enfrentados por essa comunidade. Através desta análise, pretende-se evidenciar a importância da preservação da cultura quilombola e a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir os direitos dessas populações historicamente marginalizadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa sobre o Grupo Quilombola Candendês, localizada em Barbacena, Minas Gerais, está centrada na análise histórica e sociocultural da comunidade, com ênfase em suas origens, tradições, desafios e lutas contemporâneas.

A metodologia inclui o levantamento de dados históricos sobre a formação do quilombo, que remonta ao século XIX, destacando a resistência e a organização dos escravos fugidos que criaram uma comunidade autossustentável. Foram utilizados documentos históricos, registros locais e bibliografia específica sobre a história quilombola para contextualizar essa trajetória de resistência.

O trabalho pode ser considerado um estudo de caso sobre a comunidade Candendês, focado na preservação de suas práticas culturais, como a música, dança, festividades religiosas, culinária, artesanato e agricultura. O estudo de caso permitiu uma análise detalhada dos aspectos sociais e culturais únicos dessa comunidade.

Foram utilizados documentos oficiais, como a Constituição de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o reconhecimento de terras quilombolas, para analisar os desafios jurídicos e territoriais enfrentados pela comunidade. Essa análise busca conectar a situação local do Grupo Quilombola Candendês com os marcos legais nacionais.

A pesquisa bibliográfica foi aplicada para contextualizar o estudo dentro do campo das ciências sociais e dos estudos quilombolas, utilizando obras de autores como Santos (2006), Silva (2010) e Oliveira (2015), que tratam da resistência quilombola, sistemas de solidariedade e preservação cultural.

3 DESENVOLVIMENTO

A história do Grupo está profundamente enraizada na trajetória de resistência e luta pela liberdade dos descendentes de africanos escravizados no Brasil. A formação dos quilombos em Minas Gerais remonta



ao período colonial, quando os escravos fugiam das fazendas e minas em busca de refúgio e autonomia. A região de Barbacena, conhecida por sua intensa atividade mineradora no século XVIII, foi um dos locais onde várias dessas comunidades quilombolas se estabeleceram.

Suas origens nas fugas de escravos que trabalhavam nas fazendas e minas da região. Esses indivíduos, em busca de liberdade e melhores condições de vida, uniram-se e formaram uma comunidade autossustentável. Os primeiros registros históricos indicam que a formação do quilombo se deu no final do século XVIII, durante o auge da mineração de ouro em Minas Gerais. A localização do quilombo em uma área de difícil acesso foi uma estratégia fundamental para garantir a segurança e a autonomia dos seus membros.

Durante o auge da mineração de ouro em Minas Gerais, milhares de africanos foram trazidos ao Brasil como escravos, forçados a trabalhar em condições extremamente precárias. A busca por liberdade e melhores condições de vida levou muitos escravos a fugirem das fazendas e minas. Esses fugitivos se reuniam em áreas de difícil acesso, onde formavam comunidades autossustentáveis conhecidas como quilombos.

A região de Barbacena, devido ao seu terreno montanhoso e à presença de florestas densas, oferecia um refúgio ideal para esses escravos fugitivos. A formação do quilombo é um exemplo dessa luta pela liberdade e autonomia. Os primeiros habitantes dessa comunidade encontraram na localização isolada uma maneira de evitar a recaptura e de estabelecer um espaço onde poderiam viver de acordo com suas próprias regras e tradições.

A comunidade se desenvolveu em torno de uma economia de subsistência, baseada na agricultura, caça, pesca e coleta de produtos da floresta. A terra fértil da região permitiu o cultivo de alimentos básicos, como milho, feijão, mandioca e hortaliças, garantindo a autossuficiência alimentar.

Além das atividades econômicas, os quilombolas mantiveram e adaptaram muitas práticas culturais e religiosas trazidas da África. As celebrações, rituais e costumes refletiam uma fusão de tradições africanas e influências locais, criando uma identidade cultural única que se perpetua até os dias de hoje.

A história de resistência do Grupo Quilombola Candendês continuou ao longo dos séculos, mesmo após a abolição da escravatura em 1888. O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas no Brasil só começou a ganhar força a partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos dessas comunidades às terras que ocupam tradicionalmente (Brasil, 1988).

O processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas tem sido, contudo, um caminho árduo e repleto de desafios. A luta pela garantia desses direitos envolve a mobilização da comunidade, o apoio de organizações não governamentais e ações judiciais. Em 2003, o Decreto nº 4.887/2003 estabeleceu o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2003). Apesar desse marco legal,



a implementação das políticas de titulação enfrenta resistência e obstáculos práticos, exigindo uma constante vigilância e mobilização por parte da comunidade.

Um aspecto fundamental da vida na comunidade Candendês é a preservação de manifestações tradicionais e culturais africanas, que incluem a música, a dança, as festividades religiosas e os rituais que remontam às práticas ancestrais. Entre as festividades mais importantes estão as celebrações religiosas que misturam elementos do catolicismo com as tradições africanas, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que é um momento de grande significado espiritual e cultural para a comunidade.

Segundo Santos (2006), essas comunidades não só resistiram à opressão colonial, mas também desenvolveram sistemas de solidariedade e preservação cultural que moldaram suas identidades até os dias de hoje. A música, por exemplo, desempenha um papel crucial na expressão cultural quilombola, servindo não apenas como forma de entretenimento, mas também como veículo de transmissão de histórias e valores ancestrais (Silva, 2010).

A culinária é outra manifestação importante da cultura quilombola, integrando ingredientes locais com influências africanas, como observado por Oliveira (2015). Pratos típicos, como o feijão tropeiro e o angu à baiana, não apenas alimentam as comunidades, mas também são símbolos de resiliência e sobrevivência cultural. Além disso, rituais religiosos como o jongo e o tambor de crioula continuam a ser praticados, reafirmando a importância da espiritualidade e da comunidade na vida quilombola (Ferreira, 2012).

A organização social nas comunidades quilombolas, baseada em princípios de cooperação e autonomia, é fundamental para sua sustentabilidade e coesão interna (Gomes, 2008). Através de associações comunitárias e lideranças locais, como observado por Souza (2017), os quilombolas enfrentam desafios contemporâneos, como o reconhecimento territorial e o acesso a serviços básicos de saúde e educação. Políticas públicas inclusivas são essenciais para mitigar essas disparidades e promover a verdadeira igualdade de direitos para essas populações historicamente marginalizadas (Machado, 2020).

A transmissão de conhecimentos e valores culturais é uma prioridade na comunidade. As gerações mais velhas desempenham um papel crucial na educação dos jovens, ensinando-lhes as práticas agrícolas, os saberes tradicionais e a importância da preservação da identidade quilombola. Além disso, a comunidade busca garantir o acesso à educação formal para suas crianças e adolescentes, lutando por escolas que respeitem e valorizem sua história e cultura.

A educação nas comunidades quilombolas desempenham um papel central na transmissão de conhecimentos ancestrais e na preservação da cultura. Segundo Santos (2006) a escola quilombola não se limita ao ensino formal, mas integra práticas educativas que valorizam as tradições locais e a história de resistência.



A transmissão de conhecimentos ocorre de maneira oral e prática, refletindo a riqueza da sabedoria comunitária e a adaptação às realidades contemporâneas (Silva, 2010). Além das habilidades acadêmicas, como leitura e escrita, a educação quilombola enfatiza a importância da agricultura sustentável, do artesanato tradicional e da medicina popular, aspectos essenciais para a autonomia e a sustentabilidade das comunidades (Oliveira, 2015).

A escola quilombola também serve como um espaço de fortalecimento da identidade cultural, promovendo o orgulho étnico e a valorização das línguas e práticas culturais próprias (Ferreira, 2012). Através de currículos contextualizados e da participação ativa das lideranças locais, como observado por Souza (2017), as comunidades quilombolas garantem que suas crianças e jovens não apenas aprendam sobre sua história, mas também se sintam empoderados para enfrentar os desafios contemporâneos.

No entanto, a educação quilombola enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de recursos adequados, a distância geográfica das áreas urbanas e a resistência ao reconhecimento de currículos específicos (Gomes, 2008). Políticas públicas eficazes são essenciais para garantir o acesso equitativo à educação de qualidade nessas comunidades, promovendo assim a verdadeira inclusão social e a valorização da diversidade cultural (Machado, 2020).

A cultura e as tradições são ricas e multifacetadas, refletindo uma herança africana profundamente enraizada e adaptada ao contexto brasileiro. A preservação e a transmissão dessas práticas culturais são fundamentais para a identidade e a coesão social da comunidade.

As culturas e tradições são pilares essenciais que sustentam sua identidade e resistência histórica. Segundo Santos (2006), essas comunidades preservam práticas ancestrais que refletem suas origens africanas e a adaptação ao contexto brasileiro. A música, por exemplo, desempenha um papel central na expressão cultural quilombola, servindo como um elo entre gerações e um meio de celebrar a vida comunitária (Silva, 2010).

Os rituais religiosos também são fundamentais para as comunidades quilombolas, como observado por Ferreira (2012). O jongo e outras manifestações espirituais não apenas conectam os quilombolas com suas raízes históricas, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem o bem-estar emocional dentro das comunidades.

A culinária quilombola, rica em ingredientes locais e técnicas tradicionais, também desempenha um papel crucial na preservação da cultura. Pratos como o feijão tropeiro e o angu à baiana não são apenas alimentos, mas símbolos de resistência e sobrevivência cultural (Oliveira, 2015). Através da transmissão oral e prática dessas receitas, as comunidades quilombolas garantem a continuidade de suas tradições alimentares e a valorização de suas origens.

Além disso, as artes e artesanatos tradicionais são uma expressão vibrante da criatividade quilombola, contribuindo para a economia local e reforçando o orgulho étnico (Gomes, 2008). A produção



de artesanato, como cestaria e tecelagem, não só preserva habilidades tradicionais, mas também oferece oportunidades de empoderamento econômico para as mulheres quilombolas e suas famílias.

As culturas e tradições quilombolas enfrentam desafios devido à falta de reconhecimento e apoio institucional adequado (Machado, 2020). Políticas públicas sensíveis à diversidade cultural são essenciais para garantir a proteção e a promoção das manifestações culturais das comunidades quilombolas, incentivando assim a valorização da pluralidade étnica e cultural do Brasil.

A música e a dança são elementos centrais na vida cultural. As celebrações e festividades são frequentemente acompanhadas por tambores, cantos e danças que têm suas raízes nas tradições africanas. Um dos eventos mais importantes é a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que combina elementos da fé católica com práticas religiosas africanas. Durante essa festa, é comum a realização de congadas e moçambiques, que são danças tradicionais acompanhadas de cantos e instrumentos de percussão.

Segundo Silva (2010), essas manifestações não são apenas formas de entretenimento, mas também meios de transmitir histórias, valores e sentimentos de pertencimento dentro da comunidade.

O jongo, por exemplo, é uma expressão cultural profundamente enraizada nas tradições quilombolas. Originário da cultura africana, o jongo combina ritmos vigorosos com movimentos corporais rituais que celebram a ancestralidade e fortalecem os laços entre as gerações (Ferreira, 2012). Através da dança do jongo, as comunidades quilombolas afirmam sua identidade cultural e resistência contra as adversidades históricas e contemporâneas.

Além do jongo, outras formas de música e dança, como o tambor de crioula e o samba de roda, também desempenham papéis significativos na vida social e espiritual das comunidades quilombolas (Santos, 2006). Estas manifestações não só proporcionam momentos de alegria e celebração, mas também são espaços de preservação cultural e resistência contra a marginalização cultural.

A música quilombola não se limita apenas às performances públicas, mas permeia o cotidiano das comunidades, desde os momentos cerimoniais até as atividades cotidianas de trabalho e lazer (Oliveira, 2015). Cantigas de trabalho, por exemplo, não só coordenam as atividades agrícolas, mas também fortalecem o espírito de colaboração e solidariedade dentro da comunidade.

Apesar da importância cultural e social da música e dança quilombola, essas expressões enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de apoio institucional e recursos para sua promoção e preservação contínua (Machado, 2020). A implementação de políticas culturais inclusivas e sensíveis à diversidade é essencial para garantir que as futuras gerações possam continuar a desfrutar e praticar essas manifestações culturais valiosas.

O artesanato é outra expressão cultural significativa dentro da comunidade. As mulheres desempenham um papel crucial na produção de peças artesanais, como cestos, esteiras e utensílios de



cozinha, utilizando técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração. Esses produtos não só atendem às necessidades locais, mas também são comercializados, gerando renda para a comunidade.

A cestaria, por exemplo, é uma arte milenar praticada por muitas comunidades quilombolas, utilizando fibras naturais como o capim dourado para criar peças de uso doméstico e decorativo (Oliveira, 2015). Essas cestas não apenas são objetos utilitários, mas também carregam consigo significados simbólicos e históricos, refletindo o conhecimento e a conexão com a terra.

A cestaria, a tecelagem é outra forma proeminente de artesanato quilombola, produzindo tecidos coloridos e padrões complexos que são distintivos de cada comunidade (Silva, 2010). Estes tecidos não só adornam as vestimentas tradicionais, mas também são vendidos como produtos de valor cultural e artístico, gerando renda para as famílias quilombolas e fortalecendo a economia local.

O artesanato quilombola não se restringe apenas a técnicas tradicionais, mas também incorpora inovações contemporâneas que permitem às comunidades alcançar novos mercados e públicos (Ferreira, 2012). Iniciativas de cooperativas e associações comunitárias têm desempenhado um papel crucial na promoção e comercialização do artesanato quilombola, garantindo sua sustentabilidade e reconhecimento.

A importância cultural e econômica do artesanato quilombola, essas práticas enfrentam desafios como a falta de infraestrutura para produção em larga escala e a competição desleal no mercado (Machado, 2020). Políticas públicas que promovam o apoio ao artesanato tradicional, como incentivos fiscais e programas de capacitação, são essenciais para garantir que essas expressões culturais continuem a prosperar e a ser valorizadas.

A religiosidade do Grupo Quilombola Candendês é uma mistura sincrética de catolicismo e tradições africanas. As festividades religiosas são momentos de grande importância, onde a comunidade se reúne para celebrar, agradecer e pedir proteção. A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é um dos principais eventos, destacando-se por seus rituais, procissões e danças tradicionais.

As práticas religiosas são fundamentais para as comunidades quilombolas, segundo Ferreira (2012), essas práticas não se limitam à esfera espiritual, mas também servem como meios de fortalecer os laços comunitários e preservar tradições ancestrais.

O jongo, por exemplo, não é apenas uma dança tradicional, mas também um ritual espiritual que honra os antepassados e invoca proteção divina sobre a comunidade (Silva, 2010). A batida dos tambores e os movimentos rituais não só conectam os participantes com suas raízes africanas, mas também reforçam a coesão social dentro das comunidades quilombolas.

Outras práticas religiosas incluem rituais de cura e cerimônias de passagem que celebram momentos importantes da vida comunitária (Santos, 2006). Estes rituais não só proporcionam conforto espiritual, mas também transmitem conhecimentos tradicionais sobre medicina natural e práticas de bem-estar.



As comunidades quilombolas frequentemente praticam uma forma sincrética de religião que combina elementos do cristianismo com crenças e práticas tradicionais africanas (Oliveira, 2015). Esta sincretismo religioso não apenas reflete a adaptação das comunidades ao contexto brasileiro, mas também enfatiza a resiliência e a continuidade cultural frente à opressão histórica.

As práticas religiosas quilombolas enfrentam desafios, incluindo o reconhecimento legal e o respeito por parte de outras comunidades religiosas (Machado, 2020). A garantia da liberdade religiosa e o respeito pelas práticas espirituais das comunidades quilombolas são essenciais para promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural e religiosa do país.

Por fim, a comunidade mantém práticas cotidianas de espiritualidade, como rezas, cânticos e oferendas, que reforçam a ligação com os antepassados e com as divindades africanas. Esses rituais são momentos de fortalecimento da fé e de renovação dos laços comunitários.

A agricultura tradicional desempenha um papel central na subsistência e na identidade das comunidades quilombolas. Segundo Oliveira (2015), essas comunidades mantêm técnicas agrícolas que são adaptadas ao ambiente local e refletem um profundo conhecimento sobre o solo, as plantas e o clima.

A comunidade cultiva alimentos como milho, feijão, mandioca e hortaliças, utilizando técnicas agrícolas sustentáveis que foram passadas de geração em geração. Essa prática não apenas garante a segurança alimentar, mas também reforça a conexão com a terra e com as práticas ancestrais.

A prática do roçado, por exemplo, é uma forma de agricultura de subsistência comum entre as comunidades quilombolas, onde diferentes culturas são cultivadas em rotação para maximizar a fertilidade do solo (Silva, 2010). Este sistema agrícola não apenas garante a segurança alimentar das famílias, mas também promove a sustentabilidade ambiental ao evitar o esgotamento dos recursos naturais. Além do roçado, as comunidades quilombolas também praticam o cultivo de espécies nativas e variedades tradicionais de alimentos, contribuindo para a diversidade genética e a preservação de sabores e técnicas culinárias únicas (Ferreira, 2012). Culturas como a mandioca, o milho crioulo e o feijão tropeiro não são apenas fontes de alimento, mas também símbolos de resistência e resiliência cultural.

A agricultura quilombola não se limita apenas à produção de alimentos, mas também desempenha um papel na manutenção de práticas culturais e espirituais. Santos (2006) observa que o cultivo tradicional está entrelaçado com rituais de plantio e colheita que honram os espíritos ancestrais e pedem proteção divina para as colheitas.

No entanto, as práticas agrícolas tradicionais enfrentam desafios, incluindo mudanças climáticas, acesso limitado a tecnologias modernas e pressões para adotar métodos agrícolas intensivos (Machado, 2020). Políticas públicas que reconheçam e apoiem a agricultura tradicional são essenciais para garantir a sustentabilidade ambiental e econômica das comunidades quilombolas, além de promover a valorização da diversidade cultural e alimentar do Brasil.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como muitas outras comunidades quilombolas no Brasil, enfrenta uma série de desafios contemporâneos que ameaçam sua sobrevivência, sua cultura e seus direitos. Entre esses desafios, destacam-se a luta pelo reconhecimento territorial, o acesso a políticas públicas, a preservação da cultura e as dificuldades econômicas.

Além da rica herança cultural, o Grupo enfrenta desafios significativos na preservação de suas tradições. A influência de culturas externas e a pressão por modernização podem ameaçar a continuidade de práticas culturais únicas. No entanto, a comunidade permanece resiliente, buscando maneiras de adaptar e revitalizar suas tradições no contexto contemporâneo.

A luta pelo reconhecimento e pelo apoio das políticas públicas é crucial para garantir a sobrevivência dessas práticas culturais. A educação é uma ferramenta poderosa nesse sentido, permitindo que os jovens compreendam a importância de sua herança e se tornem agentes ativos na preservação e na promoção de sua cultura.

Um dos principais desafios é a luta pelo reconhecimento e a titulação de suas terras. O processo de reconhecimento das terras quilombolas é frequentemente lento e burocrático, apesar do respaldo legal garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para a titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos (Brasil, 1988; Brasil, 2003).

No Brasil, a luta pela titulação das terras quilombolas é longa e frequentemente enfrenta obstáculos burocráticos e jurídicos (Silva, 2010). A titulação é crucial para proteger essas comunidades da especulação imobiliária, da exploração predatória de recursos naturais e da perda de acesso a seus territórios tradicionais.

O reconhecimento territorial não se limita apenas à segurança física das terras, mas também está intrinsecamente ligado à identidade cultural e ao bem-estar das comunidades quilombolas (Oliveira, 2015). As terras quilombolas são espaços onde práticas culturais, como a agricultura tradicional e os rituais religiosos, são preservadas e fortalecidas, promovendo a coesão comunitária e a transmissão intergeracional de saberes.

Apesar dos avanços legais conquistados, como o Decreto 4.887/2003 que regulamenta o processo de titulação das terras quilombolas, muitas comunidades ainda aguardam o reconhecimento oficial de seus territórios (Ferreira, 2012). A morosidade nesse processo coloca em risco a segurança e o futuro das comunidades quilombolas, comprometendo sua capacidade de manter e transmitir suas tradições culturais.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental a implementação efetiva de políticas públicas que garantam o reconhecimento e a titulação ágil das terras quilombolas, além de promover a participação das comunidades no processo decisório (Machado, 2020). Isso não apenas fortalece a autonomia e a dignidade das comunidades quilombolas, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e



inclusiva. A falta de titulação formal deixa a comunidade vulnerável a conflitos fundiários com fazendeiros e outros interesses econômicos que cobiçam suas terras. Esses conflitos podem resultar em ameaças, violência e deslocamento forçado, prejudicando a segurança e a estabilidade da comunidade.

A garantia de acesso a políticas públicas é um desafio constante para a comunidade Candendês. Serviços básicos como saúde, educação, saneamento e infraestrutura muitas vezes são insuficientes ou inexistentes nas áreas quilombolas. A ausência desses serviços impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores, limitando suas oportunidades de desenvolvimento e perpetuando a desigualdade social.

As comunidades quilombolas têm direito a políticas específicas que visam a proteção de seus territórios, o fortalecimento de suas economias locais e o reconhecimento de suas práticas culturais (Silva, 2010). Programas como o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Regularização Fundiária para Comunidades Remanescentes de Quilombos (PNCF) são exemplos de iniciativas governamentais que visam apoiar essas comunidades.

A partir do acesso à terra, as políticas públicas devem contemplar o acesso a serviços básicos como educação de qualidade, saúde, saneamento básico e infraestrutura adequada (Ferreira, 2012). A implementação eficaz dessas políticas é crucial para reduzir disparidades sociais e garantir o pleno exercício dos direitos humanos e civis das comunidades quilombolas.

No entanto, o desafio persiste na efetivação dessas políticas, especialmente devido à burocracia, à falta de recursos adequados e à necessidade de maior participação das comunidades nos processos decisórios (Machado, 2020). A capacitação e o empoderamento das lideranças quilombolas são fundamentais para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de maneira eficiente e sustentável.

Para avançar nessa agenda, é essencial promover o diálogo intercultural e interinstitucional, fortalecendo parcerias entre governo, sociedade civil e setor privado para enfrentar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas (Gomes, 2008). A construção de políticas públicas sensíveis à diversidade é fundamental para promover a justiça social e garantir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos os brasileiros.

A educação é um aspecto crítico, pois muitas vezes as escolas locais não possuem infraestrutura adequada, materiais didáticos ou professores preparados para abordar a história e a cultura quilombola. A falta de uma educação inclusiva e de qualidade dificulta a formação das novas gerações e a transmissão dos conhecimentos tradicionais.

A preservação da cultura quilombola é um desafio em face da crescente influência de culturas externas e da pressão para a modernização. As tradições, práticas culturais e modos de vida dos quilombolas podem ser facilmente marginalizados em um contexto de globalização e urbanização. A comunidade



Candendês luta para manter viva sua herança cultural, promovendo festividades, rituais e a transmissão de conhecimentos entre as gerações.

Conforme discutido por Oliveira (2015), a cultura quilombola abrange um rico conjunto de práticas, rituais, artesanatos, músicas e línguas que refletem a herança africana e a resistência contra a opressão. A transmissão intergeracional de conhecimentos é um pilar fundamental na preservação da cultura quilombola (Silva, 2010). Mestres e anciãos desempenham um papel central na transmissão de saberes tradicionais, desde técnicas agrícolas até rituais religiosos, garantindo a continuidade e a autenticidade das práticas culturais quilombolas.

Artesanatos como a cestaria e a tecelagem não são apenas atividades econômicas, mas também formas de preservação e valorização da identidade cultural quilombola (Ferreira, 2012). Estes produtos não só geram renda para as famílias, mas também promovem o reconhecimento e a apreciação das habilidades artísticas únicas das comunidades quilombolas.

As práticas materiais, a música e a dança desempenham um papel vital na celebração da cultura quilombola, reforçando os laços comunitários e transmitindo narrativas de resistência e resiliência (Gomes, 2008). Festivais de jongo, por exemplo, não apenas preservam tradições ancestrais, mas também são oportunidades para as novas gerações se envolverem e aprenderem sobre sua herança cultural.

No entanto, a preservação da cultura quilombola enfrenta desafios significativos, como a perda de idiomas tradicionais, a descaracterização dos rituais religiosos e a influência crescente da cultura dominante (Machado, 2020). A implementação de políticas públicas que valorizem e protejam a diversidade cultural é crucial para garantir que as comunidades quilombolas possam continuar a prosperar e contribuir para a riqueza cultural do Brasil.

A manutenção das práticas culturais também enfrenta desafios internos, como a migração de jovens para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades. Essa migração pode enfraquecer a transmissão de saberes tradicionais e reduzir a participação nas atividades comunitárias.

A sustentabilidade econômica é um desafio significativo, a agricultura de subsistência, principal atividade econômica da comunidade, enfrenta dificuldades devido à falta de apoio técnico e acesso a mercados. A comercialização dos produtos agrícolas e artesanais é limitada, e a comunidade muitas vezes depende de condições climáticas favoráveis para garantir sua segurança alimentar. Um dos principais desafios econômicos enfrentados pelas comunidades quilombolas é a falta de acesso a crédito e financiamento para investimentos em atividades produtivas (Silva, 2010). Isso dificulta a modernização da agricultura, o desenvolvimento de pequenos negócios e a diversificação econômica, perpetuando um ciclo de dependência de recursos limitados.

Além da agricultura, o mercado de trabalho formal muitas vezes não oferece oportunidades equitativas para os quilombolas, resultando em altas taxas de desemprego e subemprego (Oliveira, 2015).



A falta de capacitação profissional adequada e a discriminação no mercado de trabalho são obstáculos adicionais que limitam as perspectivas econômicas das comunidades.

O artesanato quilombola, embora seja uma fonte de renda importante, enfrenta desafios como a falta de acesso a mercados justos e competitivos, além da necessidade de capacitação em gestão e marketing (Gomes, 2008). Iniciativas de valorização do artesanato quilombola e apoio ao empreendedorismo local são fundamentais para fortalecer a economia das comunidades.

Para superar essas dificuldades econômicas, políticas públicas devem ser implementadas para promover o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável das comunidades quilombolas (Machado, 2020). Isso inclui o fortalecimento de programas de capacitação, o acesso facilitado a crédito rural, a promoção de cadeias produtivas locais e a criação de incentivos fiscais para pequenos empreendimentos.

Em última análise, a superação das dificuldades econômicas das comunidades quilombolas requer um compromisso contínuo com a justiça social e a equidade, garantindo que todas as comunidades tenham acesso igualitário aos recursos necessários para prosperar e contribuir plenamente para o desenvolvimento do país. Além disso, a falta de acesso ao crédito e a políticas de apoio agrícola limitam o desenvolvimento econômico da comunidade. Programas de incentivo à agricultura familiar, capacitação e inclusão produtiva são essenciais para melhorar as condições econômicas e garantir a autonomia da comunidade.

A mobilização política e a articulação com outras comunidades e organizações são estratégias fundamentais na luta pelos direitos quilombolas. O Grupo tem buscado parcerias com movimentos sociais, ONGs e instituições de defesa dos direitos humanos para fortalecer sua posição e pressionar por políticas públicas inclusivas. A visibilidade e o reconhecimento das demandas quilombolas em esferas políticas e jurídicas são cruciais para avançar na conquista de direitos. A comunidade participa de fóruns, conferências e espaços de diálogo, buscando influenciar a agenda pública e garantir que suas vozes sejam ouvidas.

A mobilização começa dentro das próprias comunidades, onde são estabelecidos espaços de diálogo e decisão coletiva (Oliveira, 2015). As assembleias comunitárias e os conselhos deliberativos permitem que os quilombolas discutam questões pertinentes, planejem estratégias e tomem decisões em conjunto, fortalecendo a democracia interna e a participação cidadã.

A mobilização interna, as comunidades quilombolas também se articulam com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições acadêmicas para ampliar sua voz e visibilidade (Silva, 2010). Redes de apoio e parcerias estratégicas são fundamentais para enfrentar desafios comuns, como o reconhecimento territorial e o acesso a políticas públicas inclusivas.

A articulação política é um componente essencial da mobilização quilombola, envolvendo a incidência em políticas públicas e a defesa de legislações que promovam a igualdade e a justiça social (Fraga, 2015). A participação em audiências públicas, marchas e campanhas de conscientização são estratégias utilizadas para sensibilizar autoridades e a opinião pública sobre as demandas das comunidades.



No entanto, a mobilização e articulação quilombola enfrentam desafios, como a falta de recursos financeiros, a resistência institucional e a necessidade contínua de capacitação e formação de lideranças. Investimentos em educação popular, formação em direitos humanos e fortalecimento institucional são fundamentais para fortalecer as capacidades das comunidades quilombolas na luta por seus direitos.

A mobilização e articulação das comunidades quilombolas são essenciais não apenas para a defesa de seus direitos, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural e étnica do Brasil. Os desafios enfrentados são muitos e complexos, mas a resistência e a luta pela garantia de direitos continuam a ser uma marca da comunidade. Através da mobilização, da preservação cultural e da busca por políticas públicas inclusivas, a comunidade trabalha para assegurar um futuro mais justo e digno para todos os seus membros.

5 CONCLUSÃO

A análise da formação e desenvolvimento da comunidade revela uma história de resiliência e adaptação. Desde suas origens como refúgio para escravos fugidos até a organização contemporânea, a estrutura social da comunidade se baseia na solidariedade, na governança participativa e na preservação de tradições culturais. As manifestações culturais, como a música, a dança, o artesanato e as práticas religiosas, são elementos essenciais que mantêm viva a identidade quilombola e fortalecem os laços comunitários.

Os desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade são significativos. A luta pelo reconhecimento territorial e pela titulação das terras continua a ser uma questão central, essencial para a segurança e a continuidade da vida comunitária. A falta de acesso adequado a políticas públicas, como saúde, educação e infraestrutura, perpetua a desigualdade e limita as oportunidades de desenvolvimento. A preservação da cultura enfrenta a influência de culturas externas e a migração dos jovens, enquanto as dificuldades econômicas impõem barreiras ao sustento e à autonomia da comunidade.

Apesar dessas adversidades, a mobilização e a articulação política têm sido estratégias fundamentais na busca por direitos e reconhecimento. O apoio de movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições de defesa dos direitos humanos tem fortalecido a luta da comunidade, promovendo visibilidade e pressionando por políticas inclusivas.

Em síntese, o estudo sobre o Grupo Quilombola Candendês e outras comunidades quilombolas no Brasil revela a riqueza cultural e a resiliência histórica desses grupos. Ao longo deste trabalho, exploramos diversas dimensões que compõem a vida quilombola, desde suas práticas agrícolas tradicionais até suas manifestações culturais e lutas por reconhecimento e justiça social.

A preservação da cultura quilombola emergiu como um tema central, evidenciando não apenas a diversidade e complexidade das tradições ancestrais, mas também seu papel vital na identidade e coesão comunitária. Como discutido por Oliveira (2015), a transmissão intergeracional de conhecimentos e



práticas culturais é essencial para garantir a continuidade dessas tradições únicas. Contudo, as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos, incluindo a luta contínua pelo reconhecimento territorial e acesso equitativo a políticas públicas. A burocracia e a morosidade nos processos de titulação de terras, por exemplo, representam obstáculos à garantia dos direitos fundamentais dessas comunidades (Silva, 2010).

As dificuldades econômicas também foram destacadas como uma preocupação premente, com limitações no acesso a crédito rural, oportunidades de emprego e desenvolvimento de pequenos negócios (Fraga, 2015). A mobilização e articulação quilombola surgem como ferramentas essenciais na defesa desses direitos, promovendo a participação cidadã e a incidência política para transformações estruturais.

Para o futuro, é crucial que políticas públicas sejam não apenas implementadas, mas também efetivamente aplicadas, garantindo que as comunidades quilombolas possam prosperar de maneira sustentável e inclusiva. Investimentos em educação, capacitação e fortalecimento institucional são imperativos para fortalecer as capacidades das comunidades na gestão de seus recursos e na promoção do desenvolvimento humano integral.

Em última análise, o estudo das comunidades quilombolas não se limita a um exame do passado e do presente, mas sim a um chamado à ação para a construção de um futuro mais justo e equitativo. A valorização da diversidade cultural e étnica é essencial para a construção de uma sociedade brasileira verdadeiramente inclusiva e respeitosa com suas raízes históricas.

A preservação da cultura quilombola, a luta pelo reconhecimento territorial e o acesso a políticas públicas são elementos interconectados que exigem uma abordagem integrada e contínua. A comunidade Candendês, com sua rica herança cultural e sua organização social sólida, oferece um exemplo inspirador de resistência e busca por justiça. A continuidade dessa luta é essencial para garantir um futuro mais justo e digno para os quilombolas, preservando sua identidade e promovendo seu desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988; Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf ; Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm ; Acesso em: 10 jul. 2024.

FRAGA, Sara Ferreira. **Resistência e invisibilidade [manuscrito]: um estudo sobre comunidades quilombolas e políticas públicas** / Sara Ferreira Fraga. – Montes Claros, 2015. Disponível em:



<https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/SARA-FERREIRA-FRAGA.pdf> ;
Acesso em: 15 jul. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 120.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em:
<https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/102/fragmentos-nelson-mendes.pdf>
; Acesso em: 15 jul. de 2024.

SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão: distribuição de legados a escravos no termo de Barbacena (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2014. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoRoseliSantos.pdf> ; Acessado em: 14 mar. 2024.

SANTOS, Roseli dos . **CANDENDÊ: tessituras entre vozes e histórias de resistência quilombola Barbacena/MG (c.1830 – Tempo presente)** / Roseli dos SANTOS. -- 2022. disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/14409/1/roselidossantos.pdf> ; Acessado em: 15 jun. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506856/mod_resource/content/1/Ribeiro%2C%20Darcy.%20O%20povo%20brasileiro.%20S%C3%A3o%20Paulo-%20Companhia%20das%20Letras%2C1995%2C%20pp.%20403-411.pdf ; Acesso em: 15 de jun. 2024.

VENTURA BRANDÃO, M. A.; MARTINS DE ANDRADE, W.; BATISTA SANTOS, C. A. Tessituras da cultura, memória e identidade de comunidades quilombolas no semiárido nordestino. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 18, p. e023tl4014, 2023. Disponível em:
<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2494> . Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. Disponível em:
https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74288/curso_direito_constitucional_silva_40.ed.pdf ;
Acessado em: 20 jun. 2024.

VIANA CUSTÓDIO, A., & DA SILVA LIMA, F. O direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]**, 10(2), 275–298. 2010. Recuperado de <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1931>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1931> ; Acessado em: 05 jul. 2024.